

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RESEARCH AND POST-GRADUATION: THE ROLE OF STATE UNIVERSITIES IN BAHIA AND REGIONAL DEVELOPMENT

Moema Maria Badaró Cartibani Midlej¹

Recebido para publicação em 30/11/2007

Aceito para publicação em 26/03/2008

RESUMO

A atividade científica é considerada como principal elemento de transformação da sociedade. É desenvolvida em Instituições Universitárias e não universitárias e na universidade. A pesquisa está estreitamente relacionada com o ensino, principalmente na pós-graduação, onde as pessoas são capacitadas para a investigação científica e aperfeiçoamento profissional. A pesquisa no Brasil é acompanhada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que, em 1992, elaborou o projeto denominado de Diretório dos Grupos de Pesquisa. De um modo geral, a pesquisa no Brasil é predominantemente acadêmica, concentrada nas grandes universidades do sudeste e sul do país e há pouco tempo de formação dos grupos de pesquisa. Há um estreito relacionamento entre pesquisa e pós-graduação. Na Bahia, a maioria dos cursos é oferecida nas universidades públicas, com destaque para a Universidade Federal da Bahia que detém 72% de todos os cursos de pós-graduação oferecidos no Estado, seguida pelas universidades estaduais.

Palavras-chave: Pesquisa. Pós-graduação. Universidades. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Scientific activity is considered a main element for the transformation of a society. It is developed in academic and non-academic institutions and in universities. Research is closely related to teaching, particularly in post-graduate courses in which people are trained to research and to pursue professional development. Research in Brazil is supervised by the National Council for Scientific and Technological Development - CNPq, which in 1992 created a project called Research Groups Directory. Overall, research in Brazil is predominantly academic, concentrated in major universities in the southeast and south of the country. It should be highlighted that there is little time for training research groups. There is a close relationship between research and postgraduate courses. In Bahia, most courses are

¹ Professora Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Departamento de Ciências Econômicas – DCEC. E-mail: moema@uesc.br.

offered in public universities, especially at the Federal University of Bahia which offers 72% of all post-graduate courses in the state, followed by state universities.

Keywords: Research. Post-graduation. Universities. Regional development.

1 Relações universidade e sociedade

A discussão sobre Pesquisa e Pós-graduação não pode deixar de levar em consideração as relações entre ciência e sociedade.

Ao longo do tempo, a atividade científica tem sido o principal elemento de transformações na sociedade e a ciência em fator de coesão social, que sempre aspirou levar as massas ao progresso e desenvolvimento. Por sua vez, a sociedade empenha na ciência as esperanças de resolução dos seus problemas.

Embora a atividade científica não seja desenvolvida apenas nas universidades (também são feitas em institutos públicos de pesquisa científica, institutos tecnológicos, empresas estatais e organizações não governamentais), esta constitui um dos principais centros de criação e produção do conhecimento e tem na pesquisa sua mola propulsora, sempre associada à formação e aperfeiçoamento de pessoas, seja através da graduação, ou da pós-graduação.

Na universidade, a pesquisa está estreitamente relacionada com o ensino, principalmente na pós-graduação, onde as pessoas são capacitadas para a investigação científica e aperfeiçoamento profissional.

Assim, a universidade torna-se o centro de gravidade do conhecimento. Neste universo, a formação do conhecimento e da atividade científica é assegurada pela unidade investigação e ensino.

Conforme analisa Chauí (2001, p. 35):

[...] a universidade é uma *instituição social*. Isto significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é nenhuma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Moacir Gadotti afirma que “A relação universidade-sociedade é dialética: a universidade cria cultura para uma sociedade, mas ela é também fruto,

reflexo de certas condições culturais que permitem o seu surgimento”.

Portanto, nossa reflexão direciona-se para a compreensão de que forma uma instituição complexa como a universidade desempenha seu papel nas transformações sociais e qual o lugar da pesquisa científica e da pós-graduação nessas transformações.

Partimos do pressuposto que as Instituições de Ensino Superior (IES) ganham contornos sócio-espaciais pela incorporação do contexto (econômico, político, cultural e histórico) nas funções que exercem e que estas, organizadas em ensino, pesquisa e extensão, buscam adequar-se a dinâmicas sociais específicas de cada sociedade.

2 Pesquisa e pós-graduação: o papel das universidades no desenvolvimento

A atividade científica é considerada como principal elemento de transformação da sociedade. É desenvolvida em Instituições Universitárias e não universitárias como institutos tecnológicos, empresas estatais e organizações não governamentais.

A pesquisa realizada na **Universidade** faz da instituição um centro de criação e produção do conhecimento o qual está relacionado com a pós-graduação onde as pessoas são capacitadas para a pesquisa e aperfeiçoamento profissional.

A ciência é considerada um fator de coesão social que sempre aspirou levar às massas o progresso e o desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO traduz a realização das potencialidades humanas no sentido positivo e é entendido como um processo de **transformação** extensa, resultante de inovações nos sistemas econômico e social, com reflexos na qualidade de vida; e o PROGRESSO situa-se na busca da eficácia da ação, centrado na racionalidade técnica e instrumental, onde está implícita a ação de futuro, de melhoria, de bem-estar.

Assim, a TRANSFORMAÇÃO da sociedade situa-se nos meios e fins para alcançar o desenvolvimento como processo global.

O contexto histórico, no qual se inserem estas reflexões, reside no cenário da expansão do Ensino Superior no Brasil a partir da década de 1960, em que eventos que concretizaram o percurso das Instituições Universitárias brasileiras nos últimos cinquenta anos provocaram profundas transformações acadêmico-estruturais na Universidade e na Sociedade.

O pano de fundo que permeia as discussões engendradas centra-se nas políticas nacional e estadual de educação superior e sua inserção na política econômica global.

Observa-se, no discurso oficial e nos projetos do governo federal, a intenção de promover mudanças no sistema universitário nacional em direção a novas formas de financiamento e relacionamento da Universidade com a Sociedade, em particular sobre as novas relações políticas, sociais, econômicas e culturais advindas com o fenômeno da globalização no intuito de adequação ao modelo político-econômico dominante, que requer novas formas de relação entre Estado e Sociedade.

Assim, no processo de instalação de Instituições Universitárias, estabelece-se um conjunto de interesses em que estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, dadas suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas.

3 Universidades estaduais da bahia

No contexto das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, viabilizou-se a expansão do sistema através da ampliação da oferta de escolas do 3º grau no interior do país, especialmente pela esfera privada.

Na Bahia, este contexto histórico propiciou a instalação de escolas isoladas, em diversas e principais cidades do interior do Estado, que viriam a se constituir núcleos de formação das universidades, hoje mantidas pelo Estado. Se, por um lado, esta foi a característica comum à formação das Instituições Estaduais, por outro, a trajetória de cada uma diferenciou-se em decorrência da correlação de forças políticas em diferentes momentos de suas histórias, desenhando no mapa do Estado uma regionalização, de acordo com os interesses políticos de grupos, na esfera do poder.

Na esteira da onda desenvolvimentista, o Governo do Estado elaborou uma política global de desenvolvimento do sistema de educação, incluindo a organização espacial do Ensino Superior no Estado em consonância com sua divisão em Regiões Administrativas, através da criação de distritos geo-educacionais.

Essa política, sistematizada no Plano Integral de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (1968), definiu como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades “Centros de Polarização”, mapeados sob critérios demográficos, sociais, geo-físicos e econômicos. A expansão do Ensino Superior estaria vinculado, então, ao desenvolvimento regional, sob um esquema de hierarquia urbana (Ensino Superior nas “capitais regionais” e nos principais centros urbanos).

A estratégia de implantação dessa política foi a instalação de faculdades nas principais cidades, sedes regionais das Regiões Administrativas, que viessem atender às necessidades sociais e econômicas locais.

Porém, como assinala, a política de interiorização sofreu influências político-partidárias, não se conseguindo a capacitação estrutural que era uma das prioridades do Plano.

Em decorrência dessa política, foram implantadas faculdades em Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Juazeiro e outras cidades no interior do Estado.

Por iniciativa privada, foram criadas, também, faculdades em Ilhéus e Itabuna.

As escolas criadas, via de regra, propor-

cionavam cursos de licenciatura (utilizando-se, largamente, do instituto de licenciaturas curtas) e bacharelados na área de ciências humanas, buscando suprir as deficiências regionais na formação de professores para a escola média. A instalação com essas opções, além de serem mais fáceis quanto à disponibilidade de pessoal docente, eram menos onerosas, dependendo, basicamente, da organização de bibliotecas necessárias para seu Reconhecimento por parte do Conselho Federal de Educação.

As Universidades Estaduais baianas estruturaram-se sob o modelo vigente, via aglomeração de escolas superiores isoladas. Embora criadas em períodos distintos, todas tiveram as características comuns, trazidas das escolas que as antecederam, direcionadas à formação de professores e o projeto acadêmico-institucional respaldado na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional.

Assim, surgiram, em forma de autarquias estaduais, em substituição às formas organizacionais extintas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a Lei Delegada nº 12, de 30/12/1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a Lei Delegada nº 66, de 01/06/83 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sob a Lei nº 6.344 de 05/12/1991.

A diferenciação existente entre elas reside no perfil que cada uma foi assumindo, a depender de sua história e da interação do seu projeto institucional com as regiões de sua abrangência, em atendimento às demandas e especificidades de cada região.

Assim, a instalação das Universidades Estaduais e suas unidades em todo o interior da Bahia foi realizada sem a observância de critérios de regionalização e, de modo geral, sob interesses político-partidários. As ingerências do poder hegemônico no Estado influenciaram de forma determinante o rol dos projetos e dos novos cursos, com reflexos substantivos no atual panorama da pesquisa e pós-graduação desenvolvidas por estas Instituições de Ensino Superior.

4 Pesquisa e pós-graduação

Em 1992 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – elaborou o projeto denominado de Diretório dos Grupos de Pesquisa, que foi uma iniciativa da Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da Superintendência de Planejamento do CNPq.

A finalidade do Diretório é agrupar as informações sobre as atividades de pesquisa no Brasil, possibilitando a realização de uma “radiografia” dessas atividades. Dentro desse contexto, as instituições participantes são basicamente universidades, institutos públicos de pesquisa científica, institutos tecnológicos, empresas estatais e organizações não governamentais com tradição de pesquisa científica e tecnológica são considerados. As empresas privadas possuem mecanismos próprios para tais avaliações.

Para que o grupo adquira o *status* de grupo de pesquisa inserido no Diretório é necessário que seja feito o cadastro junto ao CNPq, etapa realizada pelo líder e que, posteriormente, os dirigentes de pesquisa efetuem a certificação, só assim o grupo estará presente na base de dados do diretório.

4.1 Grupos de pesquisa

O primeiro levantamento realizado, com base no Diretório, contava 4.402 grupos de pesquisa cadastrados. Em 2002 esse número ampliou-se para 15.158 e, em 2006, 21.024, com um crescimento de 3.776%, representando cerca de 90% dos grupos de pesquisa em atividade no Brasil (Tabela 1).

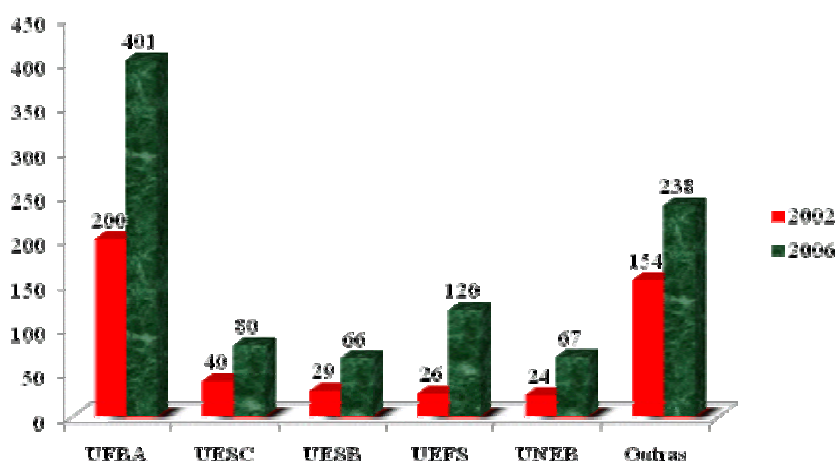
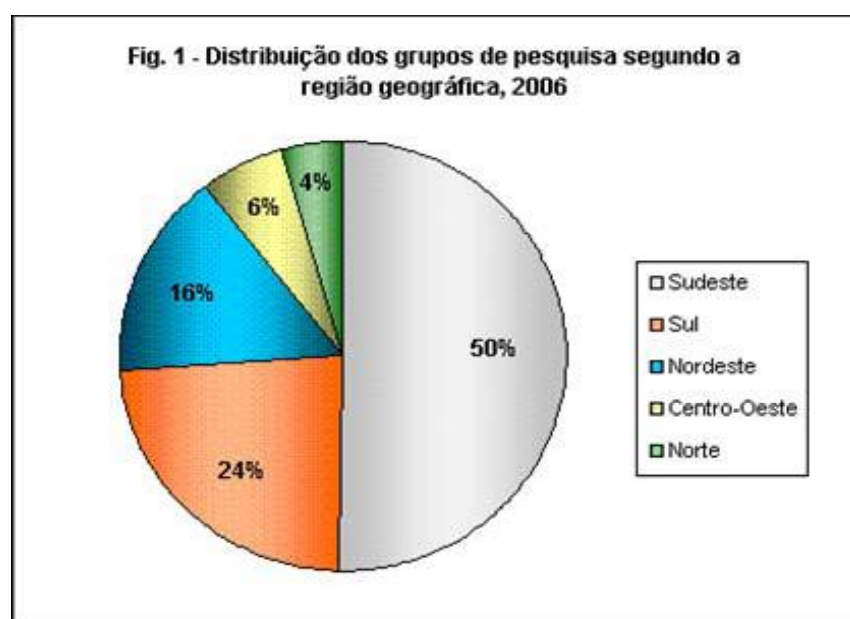
Verifica-se, porém que a distribuição dos grupos não é uniforme no país. Existe uma concentração nas regiões Sudeste (50%) e Sul (24%), enquanto que Nordeste, Centro-oeste e Norte, representam 16%, 6% e 4%, respectivamente, conforme dados do censo de 2006.

Porém, uma análise mais detalhada demonstra que a inserção de novos grupos em outras unidades da federação tem possibilitado reduzir, em parte, essa concentração. No primeiro levantamento, os grupos de pesquisa da região Sudeste representavam 68,5% do total, enquanto a região Nordeste

Tabela 1 - Distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil, censos de 2002 e 2006.

REGIÃO	2002	2006	%
Sudeste	7.855	10.592	35
Sul	3.630	4.955	37
Nordeste	2.274	3.269	44
Centro-oeste	809	1.275	58
Norte	590	933	58

Fonte: CNPQ (2007)



Fonte: CNPQ (2007).

Figura 2 – Distribuição dos grupos de pesquisa por universidade baianas, 2002 e 2006.

possuía apenas 9,9% de grupos cadastrados.

Na Bahia, a distribuição dos grupos de pesquisa entre as IES também apresenta um perfil desigual, com grande concentração na Universidade Federal da Bahia (Figura 2).

A base de dados das universidades públicas baianas também foi ampliada em função do cadastro de grupos de pesquisa pelas Universidades Estaduais.

Em função das informações obtidas nos cinco levantamentos realizados pelo CNPq, por meio do Diretório, percebe-se que a pesquisa no Brasil é realizada, predominantemente, nas universidades e institutos de pesquisa com atividade de pós-graduação, sendo a maior parte dos grupos concentrados nas grandes universidades das regiões Sudeste e Sul do país.

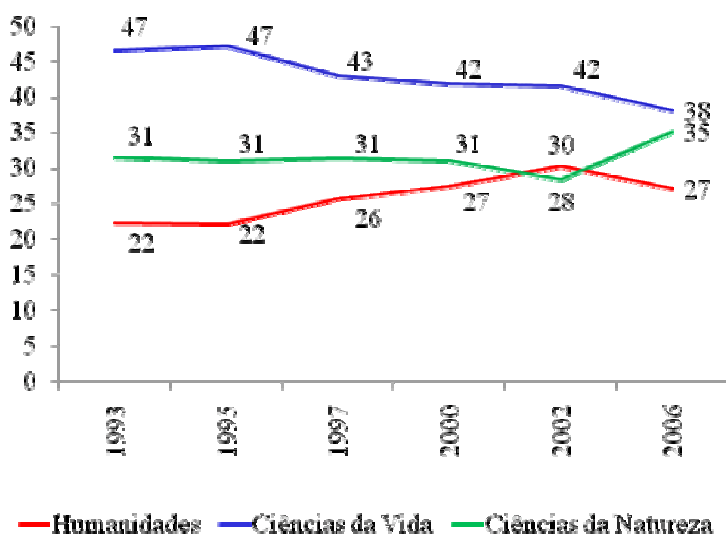
De um modo geral, pode-se pontuar que a pesquisa no Brasil:

É predominantemente acadêmica (realizada em universidades, escolas isoladas e institutos de pesquisa com atividade de pós-graduação);

É concentrada do ponto de vista institucional e nas grandes universidades do sudeste e sul do país;

Há pouco tempo de formação dos grupos de pesquisa (38,3%, até 4 anos de existência no último censo; 31,6%, entre 5 e 8 anos; 19,9% entre 9 e 16 anos, e 10,3%, 17 anos ou mais).

Por grande área de conhecimento, a distribuição dos grupos pode ser verificada na Figura 3.



Fonte: CNPQ (2007).

Figura 3 – Distribuição dos grupos de pesquisa por grandes áreas de conhecimento, 1993-2006.

Considera-se que este comportamento deve-se ao dinamismo da pesquisa e à criação de novos grupos, especialmente em áreas não tradicionais. Ademais, há uma nítida evolução no caráter da pesquisa, no financiamento e nos instrumentos de planejamento e administração por parte das agências de fomento de ciência e tecnologia, bem como do MEC/CAPES.

Observa-se, a partir dos anos 2000, um cenário de financiamento instituído pelos editais universais e indutores, através de fundos setoriais, criação de redes e institutos do milênio, em que grande parte dos recursos é aplicada em número reduzido de grupos de pesquisa, com ênfase em grandes projetos.

As perspectivas que se delineiam são de realização de pesquisas integradas, fortalecimento de grupos consolidados e emergentes e esforços para minimizar as desigualdades regionais e locais, tanto nos aspectos científico-tecnológicos, quanto no desenvolvimento econômico-social.

Assim, enfatizam-se áreas temáticas e linhas de pesquisa prioritárias, buscando-se trabalhar com uma antevisão de um desenvolvimento dentro da nossa realidade social.

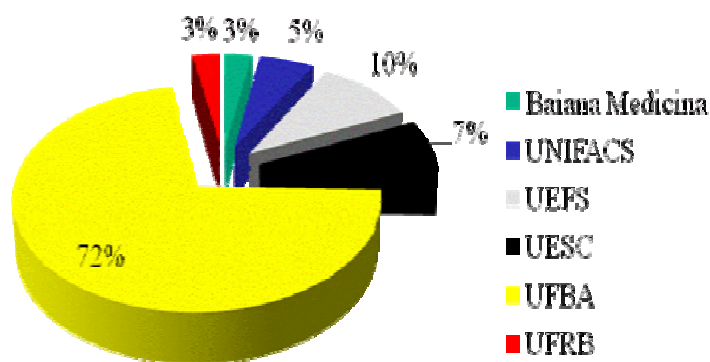
Para tanto, é de fundamental importância

o fortalecimento dos cursos de pós-graduação.

4.2 Pós-graduação

Quanto à pós-graduação *stricto sensu*, verifica-se um estreito relacionamento com a evolução da pesquisa, em particular na Bahia, onde a maioria dos cursos são oferecidos nas universidades públicas, definindo o caráter da pesquisa que é realizada no Estado.

A Figura 4 mostra a importância da Universidade Federal da Bahia nesse contexto, que detém 72% de todos os cursos de pós-graduação oferecidos no Estado, seguida pelas universidades estaduais.

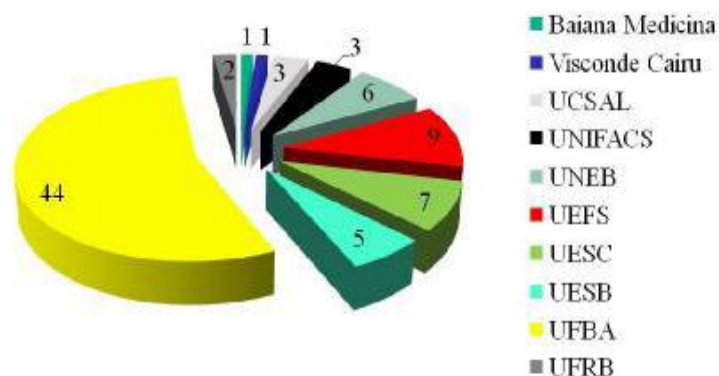


Fonte: CAPES (2007).

Figura 4 – Cursos de Pós-Graduação (*stricto sensu*), por instituição. Bahia, 2007.

5 Comentários finais

A pesquisa e a pós-graduação no Brasil têm sido desenvolvidas majoritariamente em universidades públicas. Esta característica revela o pouco compromisso que a iniciativa privada vem tendo com o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, delineando o ínfimo avanço que essa atividade



Fonte: CAPES, 2007.

Figura 5 – Número de cursos de mestrado na Bahia, em 2007.

vem obtendo, em comparação aos países que recebem investimentos maciços do setor privado, muitas vezes superiores aos do setor público.

Entretanto, vem-se observando um ritmo crescente da atividade científica nos últimos anos, com as mudanças de políticas engendradas pelo CNPq e CAPES, impulsionando quantitativa e qualitativamente a pesquisa e a pós-graduação.

No que pese as iniciativas dos órgãos de fomento no sentido de melhorar as grandes desigualdades regionais da atividade, ainda será preciso grandes esforços para equacionar as profundas disparidades existentes entre as regiões Sul-Sudeste e demais regiões do país, em especial Norte-Nordeste, que reproduz setorialmente o que vem sendo constituído no país, em todos os setores.

É importante lembrar que a atividade científica tem sido considerada como o principal elemento de transformações na sociedade e a ciência em fator de coesão social. Portanto, é preciso pensar em formulação de políticas públicas que venham realmente enfrentar o abismo da desigualdade e comprometer também o setor privado nessa importante meta.

Semelhantes medidas precisam ser tomadas em nível estadual, especialmente na alocação de recursos públicos entre as instituições de pesquisa e pós-graduação da Bahia, que têm privilegiado instituições federais que já recebem recursos dessa esfera governamental, em detrimento das instituições estaduais, especialmente as universidades estaduais da Bahia que têm sido caudatárias no processo, em face às restrições crônicas de recursos

financeiros.

Ratifica-se que, na universidade, a pesquisa está estreitamente relacionada com o ensino, principalmente a pós-graduação, onde as pessoas são capacitadas para a investigação científica e aperfeiçoamento profissional. Portanto, é preciso fortalecer as universidades estaduais que exercem importante papel no desenvolvimento de todas as regiões do Estado.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001. 205 p.

<http://www.cnpq.br>

<http://www.capes.gov.br>